

Federação do Comércio de Bens,
Serviços e Turismo de Santa
Catarina

PEIC

Pesquisa de Endividamento e
Inadimplência do Consumidor

Núcleo de Estudos Estratégicos
Fecomércio SC
Julho de 2022

SUMÁRIO

RESUMO	1
ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO	2
ANÁLISE DAS CONTAS EM ATRASO	7
ANÁLISE NAS CIDADES	9
METODOLOGIA.....	12

RESUMO

A pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Estado de Santa Catarina (PEIC) segue mostrando elevação das famílias endividadas, trajetória que é mantida pelo oitavo mês consecutivo, o maior movimento de alto já constatado na série histórica da pesquisa. Em julho, a taxa de endividamento no Estado avançou 1,9 p.p. na passagem do mês, atingindo 49,6%. Esse cenário é oposto ao que ocorreu durante quase todo o período da pandemia (2020 e 2021), onde as famílias catarinenses reduziram o nível de endividamento a mínimas históricas.

No âmbito da inadimplência, após estabilidade no mês anterior, houve alta de 1,0 p.p. na passagem do mês. No mês, a taxa ficou em 10,8%, resultado superior aos anos de 2020 e 2021 na comparação de igual período, mas menor que os anos anteriores em relação ao mesmo mês. Ainda, não é possível inferir uma tendência de crescimento na inadimplência, conforme ocorre no endividamento das famílias, principalmente, pelo desempenho oposto das famílias que não terão condições de pagar as dívidas, que reduziu ficou estável no mês. Desta forma, as famílias que não terão condições de pagar as dívidas em atraso seguem no menor valor da série histórica, ao situar-se em 1,8%.

A percepção de endividamento indica certo equilíbrio e controle do orçamento familiar, já que o grupo de famílias “muito endividadas” segue inferior aos patamares pré-crise, apesar de crescer na passagem do mês. Ainda, o comprometimento da renda da dívida mantém trajetória de redução pelo terceiro mês seguido. Embora o desempenho seja de queda, o índice segue em patamar elevado ao alcançar o maior resultado do mês na comparação com os anos anteriores.

Quanto ao tempo de pagamento em atraso, a média em maio foi de 46,1 dias, alta de 5,0 dias frente ao mês anterior. Com o resultado o índice reverteu o cenário de mínima histórica que tinha alcançado no mês anterior, entretanto, o tempo médio permanece sendo o menor valor na comparação com igual meses dos anos anteriores.

Julho atinge o oitavo mês de elevação consecutiva no endividamento das famílias, a maior trajetória de crescimento da série

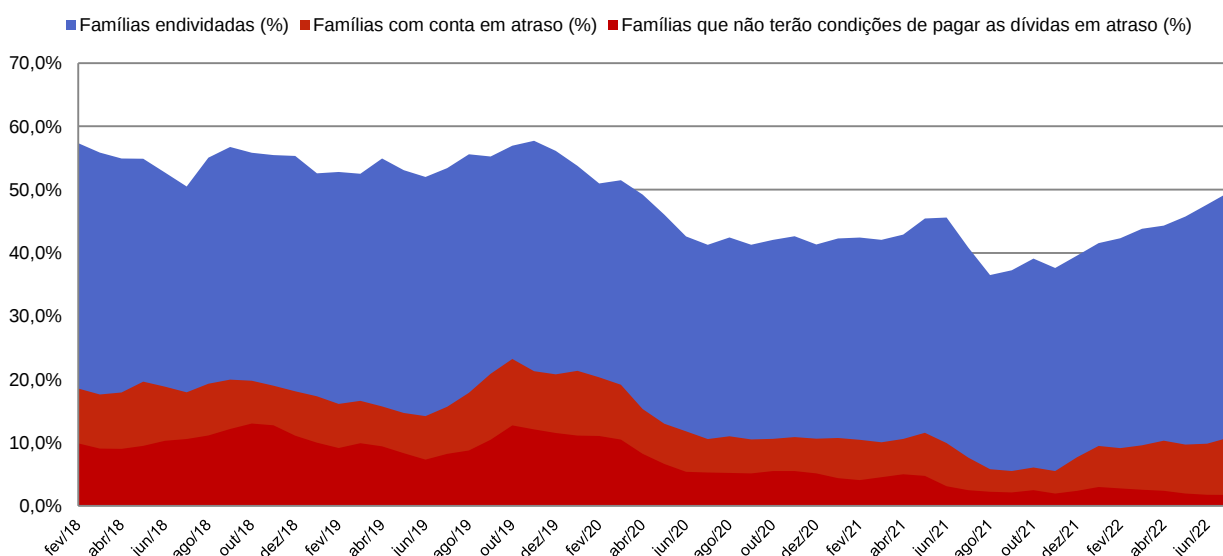
Situação da família	Meses						
	jul/18	jun/19	fev/20	jul/21	jan/22	jun/22	jul/22
Total de endividadas	50,5%	52,0%	51,0%	40,8%	41,5%	47,6%	49,6%
Dívidas ou contas em atraso	18,0%	14,2%	20,3%	7,6%	9,5%	9,9%	10,8%
Não terão condições de pagar	10,6%	7,3%	11,1%	2,5%	3,0%	1,8%	1,8%

ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO

Entre 2020 e 2021, devido à cautela e a insegurança em relação ao cenário futuro, as famílias catarinenses reduziram o nível de endividamento a mínimas históricas. Por isso, o efeito precaução adotado pelas famílias, que por consequência, diminui o consumo de bens e serviços, reduziu a taxa média de endividamento anual para 45,42% e 40,96%, respectivamente, valores nitidamente menores que os períodos anteriores - 53,03% (2013); 55,23% (2014); 57,74 (2015); 58,37% (2016); 58,65% (2017); 55,17% (2018); 54,40% (2019).

Em 2022, esse processo foi interrompido e as famílias endividadas crescem pelo oitavo mês consecutivo no Estado, a maior trajetória de crescimento da série histórica, iniciada em janeiro de 2013. Em julho, a taxa de endividamento no Estado avançou 1,9 p.p. na passagem do mês, após alta de equivalente (1,9 p.p.) em junho. Assim, 49,6% das famílias catarinenses estavam endividadas em julho.

Síntese dos resultados desde 2018



Em comparação com o mesmo período do ano anterior, momento em que a taxa estava em cenário de baixa, houve alta de 4,7 p.p., quando o índice

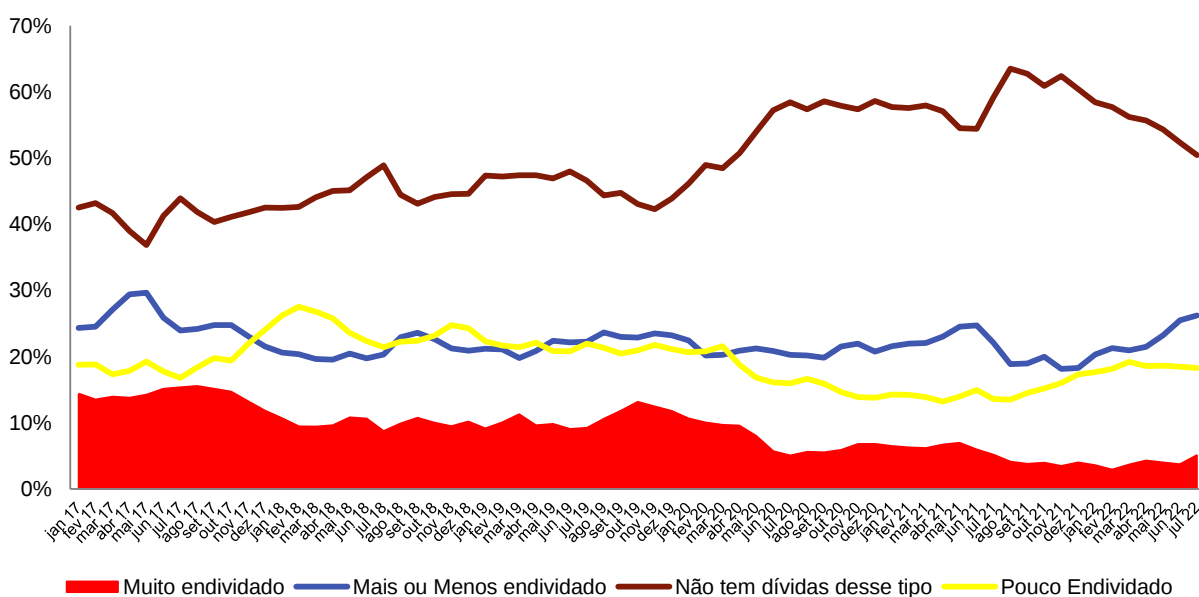
foi de 40,8%. Apesar do crescimento, o resultado segue inferior na comparação com igual mês de 2019 em 2,4 p.p., naquele período a taxa era de 52,0%.

Em relação às faixas de renda o comportamento é distinto quanto ao patamar e na trajetória de endividados. A taxa de endividamento para as famílias com até 10 salários mínimos (SM) cresceu pelo oitavo mês seguido, passando de 50,9% para 53,9% em julho, alta de 2,7 p.p. Já as famílias com renda acima de 10 SM, apresentaram redução na passagem do mês, ao diminuir 0,4 p.p, saindo de 38,4% para 37,9%. Observa-se que as famílias com menor renda têm patamar de endividamento maior e movimento de elevação mais consistente que o grupo de maior renda.

No âmbito da inadimplência, após estabilidade no mês anterior, houve alta de 1,0 p.p. em relação a junho. No mês, a taxa ficou em 10,8%, resultado superior aos anos de 2020 e 2021 na comparação de igual período, mas menor que os anos anteriores em relação ao mesmo mês. O resultado é similar para os grupos de renda, apesar das famílias com renda maior terem menor índice (7,7%), enquanto que para a renda menor a taxa é de 11,4%, sendo que no mês, ambos os grupos apresentaram crescimento diante do mês anterior, alta de 0,6 p.p. e 1,1 p.p., respectivamente.

Com o resultado não é possível inferir uma tendência de crescimento na inadimplência, principalmente, pelo desempenho oposto das famílias que não terão condições de pagar as dívidas, que reduziu ficou estável no mês. Desta forma, as famílias que não terão condições de pagar as dívidas em atraso seguem no menor valor da série histórica, ao situar-se em 1,8%.

Percepção do nível de endividamento



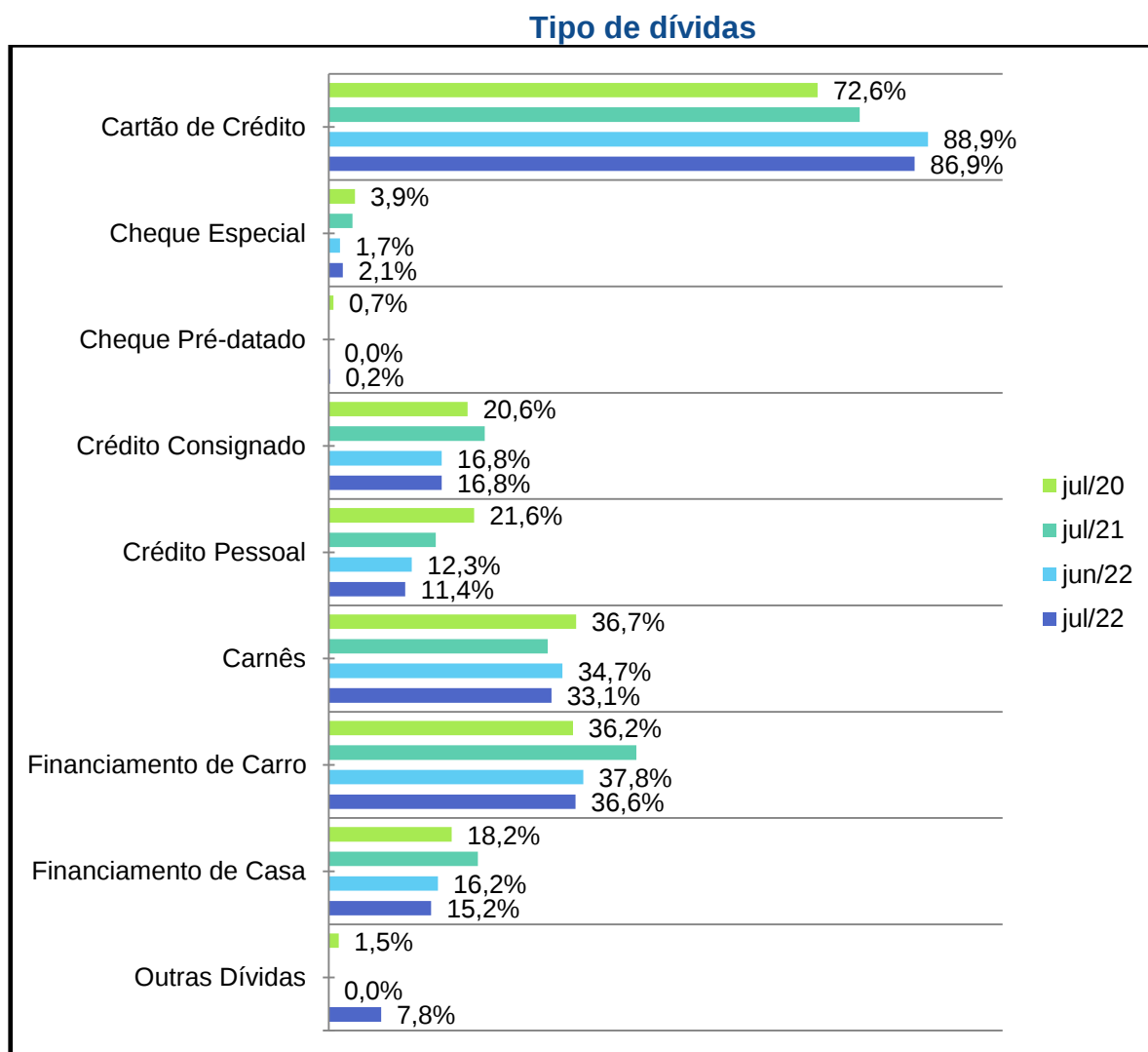
A percepção do nível de endividamento é essencial na análise da pesquisa, pois propicia informações sobre como as famílias observam suas

dívidas e pode indicar a capacidade de pagá-las. O grupo de famílias que apontam estar “muito endividadas” cessou trajetória de queda que permanecia por dois meses seguidos, ao crescer 1,4 p.p. na passagem do mês. No mês, o grupo de famílias “muito endividadas” foi de 5,1% dentre os endividados. Embora o movimento seja de crescimento, o resultado é similar aos anos de 2020 e 2021, mas há queda frente aos períodos antes da pandemia, quando o índice estava em 10,6% em 2018 e 9,2% em 2019 para igual mês. Por isso, apesar da elevação na quantidade de famílias endividadas, o grau de endividamento não é elevado, assim, diminuindo o risco de inadimplência.

Percepção do nível de endividamento						
Categoria	jul/19	fev/20	jul/20	jul/21	jun/22	jul/22
Muito endividado	9,2%	10,0%	5,1%	5,2%	3,7%	5,1%
Mais ou menos endividado	22,2%	20,1%	20,3%	22,1%	25,5%	26,2%
Pouco endividado	21,9%	20,8%	16,0%	13,6%	18,5%	18,3%
Não tem dívidas desse tipo	46,6%	48,9%	58,4%	59,2%	52,4%	50,4%
Não sabe	0,0%	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%
Não respondeu	0,0%	0,0%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%

Ainda, o grupo de famílias “pouco endividada”, reduziu frente ao mês anterior, ao atingir 18,3%, resultado que permanece estável na comparação com os demais meses de 2022, já que resultado também reflete a média desse período. Por outro lado, a quantidade de respostas para o grupo “mais ou menos endividadas” manteve trajetória de crescimento, mas em ritmo menor, ao crescer 0,7 p.p., saindo de 25,5% para 26,2%.

Dentre os tipos de dívidas dos catarinenses, observa-se que a modalidade do cartão de crédito permanece sendo a principal, atingindo 86,9% dos endividados. No mês, houve 2,9 p.p. diante de junho, mas o resultado segue em níveis elevados na comparação com os anos anteriores. A tendência do maior uso do cartão de crédito foi acelerada em 2020 e 2021, onde a média alcançou 71,8% e 77,18%, respectivamente, resultado que é superior aos períodos anteriores - (48,8%-2013; 58,95%-2018; 66,9%-2019; 2020-71,8%; 2021-77,18%). Ao comparar o grupo de renda, o cartão de crédito também é o principal tipo de dívida. As faixas de renda apresentam comportamentos semelhantes e também estão em máxima histórica da série, ao alcançarem 85,4% para as famílias com renda até 10 salários mínimos e 89,6% para renda superior a 10 salários mínimos.



Obs.: Respostas múltiplas. Soma pode ser maior que 100%.

O financiamento de carro é a segunda dívida mais citada pelos entrevistados, ao atingir 36,6% dos endividados, mas também apresenta movimento de queda, ao reduzir 1,2 p.p. na passagem do mês. O financiamento de casas caiu 1,0 p.p, e alcançou 15,2% dos entrevistados com dívidas. Os juros elevados encarecem a compra desses bens duráveis que são de alto valor, por isso, as famílias tendem a reduzir essas compras.

As dívidas na modalidade de carnês alcançaram 33,1% dos endividados, sendo a terceira maior dentre os tipos de dívidas. Na sequência está a modalidade do crédito consignado e crédito pessoal, representando 16,8% e 11,4% das dívidas, respectivamente.

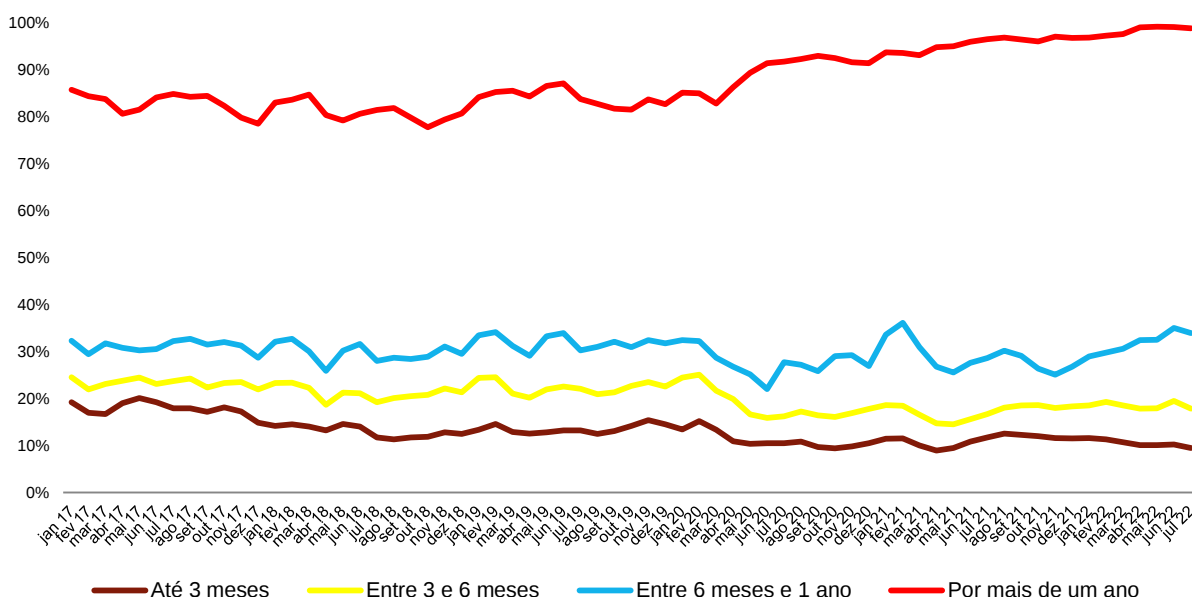
O tempo de comprometimento com dívida permanece acima dos patamares do pré-crise (Jan/20 foi de 9,1 e Fev./20 foi de 9,0), ao situar-se 9,9 meses em julho de 2022, aumento de 0,2 p.p. em frente ao mês anterior. Portanto, a crise elevou o tempo médio de comprometimento em cerca de 1

mês, o que está relacionado à liquidação do endividamento de mais curto prazo e a ampliação do endividamento em médio e longo prazo.

Tempo de comprometimento com dívida (Dentre os endividados)	jun/22			jul/22		
	total - %	até 10sm - %	mais de 10sm - %	total - %	até 10sm - %	mais de 10sm - %
até 3 meses	10,3%	9,3%	17,5%	9,5%	8,4%	16,9%
entre 3 e 6 meses	9,2%	8,2%	11,7%	8,4%	7,3%	10,9%
entre 6 meses e 1 ano	15,6%	16,2%	12,7%	16,1%	16,0%	15,5%
por mais de um ano	64,0%	65,5%	56,9%	64,8%	66,7%	56,3%
Não sabe / Não respondeu	1,0%	0,8%	1,3%	1,3%	1,6%	0,5%
Tempo médio em meses	9,7	9,9	8,9	9,9	10,1	8,9

O comprometimento acima de 1 ano cessou o movimento de queda que permanecia por seis meses seguidos, ao aumentar 0,8 p.p. diante do mês anterior. Essa trajetória negativa ocorria desde novembro de 2021, quando o índice representou 71,9% dos entrevistados, maior nível da série histórica. Em junho, esse grupo atingiu 64,8% dos entrevistados e permanece superior à média dos anos anteriores (2018 – 51,23%; 2019 – 52,06%; 2020 – 61,53%; 2021- 66,52%).

Tempo de comprometimento com dívida (Dentre os endividados)

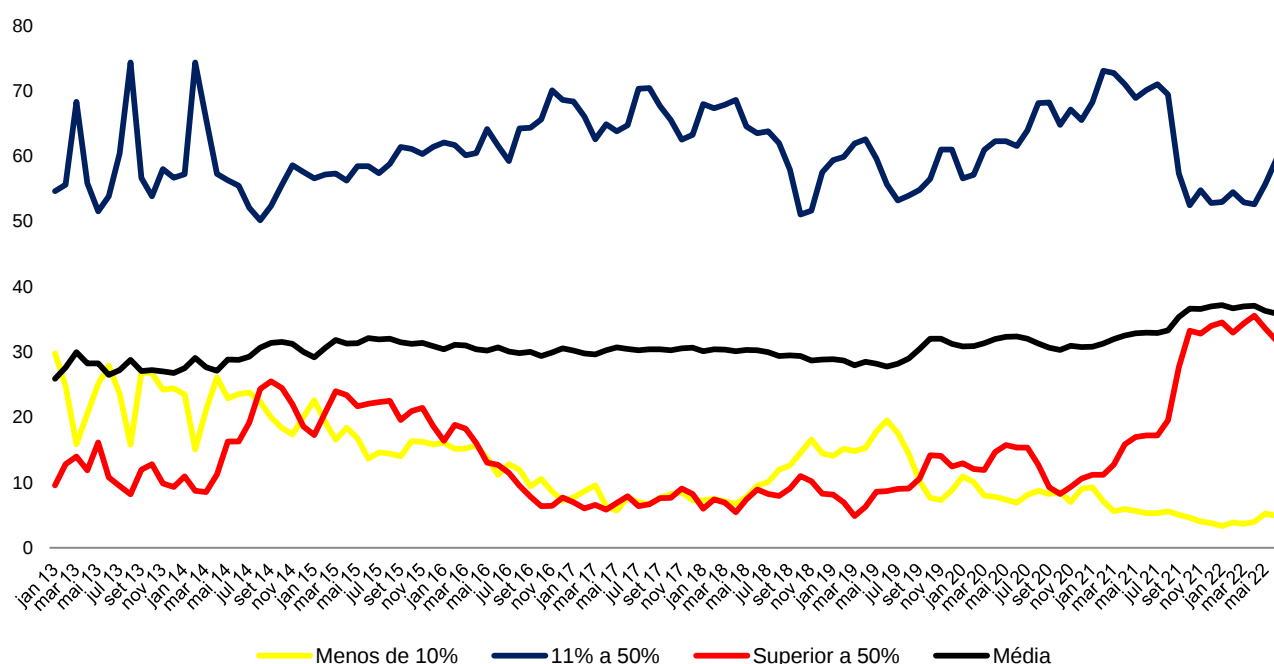


Já o agrupamento de até 3 meses para o tempo de comprometimento com dívida reduziu, cessou movimento de alta que ocorria por dois meses seguidos, ao atingir 9,5% dos endividados. Ainda, ganha espaço o grupo entre 6 meses e 1 ano ao representar 16,1% dos entrevistados, nova alta seguida. O resultado

consolida esse intervalo como o segundo grupo dos entrevistados com maior tempo de comprometimento com dívidas

O comprometimento da renda da dívida mantém trajetória de redução, ao cair 0,3 p.p. na passagem do mês, terceira queda consecutiva. Assim, a parcela da renda comprometida com dívida saltou de 36,3% para 35,7%. Embora o desempenho seja de queda, o índice segue em patamar elevado ao alcançar o maior resultado do mês na comparação com os anos anteriores. Reforça a preocupação, a comparação com igual período do ano anterior, onde houve alta de 2,8 p.p. naquele momento o índice era de 32,9%.

Parcela de Renda comprometida com dívida (%)



Além disso, o comprometimento de renda acima de 50% segue em níveis elevados, embora tenha reduzido 1,6 p.p. na passagem do mês, alcançando 30,2% dos entrevistados. Esse é o maior resultado na comparação com igual período dos anos anteriores e supera de maneira muito intensa as médias dos anos anteriores (2021 foi de 20,80%; 2020 foi de 12,3%; 2019 foram de 9,41%; 2018 foram de 8,06%), portanto é um sinal de alerta que pode resultar em ampliação da inadimplência. Por fim, 60,8% dos entrevistados indicaram que o comprometimento da renda está na faixa de 11% até 50% da renda, alta de 1,4 p.p. na diante de junho.

ANÁLISE DAS CONTAS EM ATRASO

A taxa de inadimplência, que representa a porcentagem de famílias com contas em atraso, encerrou o mês de julho de 2022 crescendo 1,0 p.p. na passagem do mês. Desta forma, 10,8% das famílias endividadadas encontram-se

inadimplentes. Na comparação com igual período do ano anterior, há elevação de 3,2 p.p., enquanto, em relação ao período pré-pandemia, o resultado do mês segue inferior a 3,4 p.p. diante de julho de 2019.

Condições de pagamento da dívida em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso)	jun/22			jul/22		
	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %
sim, totalmente	53,8%	45,9%	78,9%	50,1%	45,9%	61,2%
sim, em parte	28,3%	31,7%	17,8%	33,4%	34,8%	30,1%
não terá condições de pagar	18,0%	22,4%	3,3%	16,2%	19,1%	8,7%
não sabe	0,0%	0,0%	0,0%	0,2%	0,3%	0,0%
Não respondeu	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não terão condição de pagar (Dentre o total de famílias)	1,8%	2,3%	0,2%	1,8%	2,2%	0,7%

As famílias com renda de até 10 salários mínimos sofrem impacto maior quanto à inadimplência, chegando ao total de 11,4% dos entrevistados. Por outro lado, a taxa de inadimplência das famílias com renda acima de 10 salários mínimos é de 7,7%, sendo que ambas também cresceram na passagem do mês, alta de 1,1 p.p. e 0,6 p.p., respectivamente.

Em sentido oposto à inadimplência, a quantidade de famílias que informaram não ter condições de pagar suas dívidas estão em movimento de queda, embora não tenha variado na passagem do mês. Desta maneira, 1,8% informaram que não tinham condições de pagar as dívidas, o menor resultado da série histórica da pesquisa.

Tempo de pagamento em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso)	jun/22			jul/22		
	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %
até 30 dias	52,6%	46,3%	70,7%	43,0%	39,7%	50,2%
de 30 a 90 dias	31,0%	34,4%	22,7%	38,1%	38,7%	38,3%
acima de 90 dias	16,3%	19,1%	6,6%	18,5%	21,1%	11,5%
Não sabe / Não respondeu	0,1%	0,2%	0,0%	0,4%	0,4%	0,0%
Tempo médio em dias	41,2	44,9	30,2	46,1	48,4	40,9

Quanto ao tempo de pagamento em atraso, a média em maio foi de 46,1 dias, alta de 5,0 dias frente ao mês anterior. Com o resultado o índice reverteu o cenário de mínima histórica que tinha alcançado no mês anterior, entretanto, o tempo médio permanece sendo o menor valor na comparação com igual meses dos anos anteriores.

Ainda, o valor é inferior à média dos anos anteriores (2021 – 54,9; 2020 62,96; 2019 - 66,20; 2018 - 67,30; 2017 - 66,85; 2016 - 66,59). Além disso, existe uma diferença na dinâmica entre as faixas de renda, de maneira que tempo médio de atraso ocorreu de forma menos intensa nas faixas acima de 10 SM (40,9 dias), enquanto, para as faixas de até 10 SM o tempo médio situa-se em 48,4 dias. No mês, o movimento de redução do grupo de inadimplentes acima de 90 dias foi interrompido, com alta de 2,3 p.p., passando de 16,3% para 18,5%. Da mesma forma, a quantidade de inadimplentes com dívida em até 30 dias que estava em movimento de alta cessou, ao cair de 9,6 p.p., saindo de 52,6% para 43,0%.

ANÁLISE NAS CIDADES

Ao analisar as cidades pesquisadas, nota-se divergência na trajetória de variação e na quantidade de famílias endividadas e inadimplentes. Na mesma linha do cenário estadual, houve elevação na taxa de endividamento diante do mês anterior em três cidades pesquisadas, com destaque para as altas em Blumenau (+4,2 p.p.) e Joinville (+3,3 p.p.). Por outro lado, a cidade de Florianópolis reduziu o endividamento das famílias em 2,1 p.p., saindo de 69,4% para 67,3%.

Situação das Famílias	jul/22			
	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Total de endividadas	39,6%	47,8%	42,4%	67,3%
Dívidas ou contas em atraso	5,4%	14,4%	8,3%	18,5%
Não terão condições de pagar	0,0%	1,9%	1,8%	4,6%

No âmbito das famílias inadimplentes a trajetória é equivalente entre as cidades, com elevação na passagem do mês em todas as cidades onde foi realizada a pesquisa. A cidade de Chapecó foi a que apresentou a maior elevação, com crescimento de 1,4 p.p., saindo de 13,0% para 14,4%. Blumenau segue sendo a cidade com a menor taxa de inadimplentes na pesquisa ao atingir 5,4%, enquanto Florianópolis apresenta o maior nível de inadimplência (18,5%).

Em relação à percepção de endividamento, o grupo de famílias muito endividadas, situação que representa um risco para a elevação da inadimplência, segue o mesmo cenário do nível estadual, com baixo percentual de famílias apontando essa situação, exceto em Florianópolis. Na passagem do mês, houve elevação na maioria das cidades, sendo que Florianópolis obteve o maior crescimento (-4,1p.p.).

Ainda, a cidade de Florianópolis destoa das demais, ao concentrar 36,7% dos entrevistados no grupo de “pouco endividados”, condição que indicava até o mês anterior certo equilíbrio orçamentário das famílias, entretanto, com o avanço no grupo muito endividadas, o nível de risco sobre a inadimplência amplia para esta cidade.

Nível de endividamento	jul/22			
	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Muito endividadas	2,0%	1,7%	2,0%	12,8%
Mais ou menos endividado	24,3%	33,1%	32,2%	17,8%
Pouco endividado	13,3%	12,9%	8,1%	36,7%
Não tem dívidas desse tipo	60,4%	52,2%	57,6%	32,7%
Não sabe	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não respondeu	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Em relação à alteração dos tipos de dívida, as cidades analisadas também apresentaram significativas diferenças em suas dinâmicas de endividamento. Mas, em nível geral, o cartão de crédito permanece sendo o tipo de dívida mais citado pelos entrevistados em todas as cidades, resultado equivalente ao nível Estadual. Apesar de ser a principal dívida, houve queda diante do mês anterior em todas as cidades, sendo mais intensa nas cidades de Blumenau (-2,2 p.p.) e Chapecó (2,6 p.p.).

Já as dívidas com crédito consignado apresentaram estabilidade nas cidades de Chapecó e Florianópolis, enquanto houve queda de 5,6 p.p. em Blumenau e alta de 4,0 p.p. em Joinville. O crédito pessoal, outra modalidade usada para recomposição de renda em períodos emergenciais, reduziu em três cidades, e teve alta em Chapecó.

Tipo de dívida	jul/22			
	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Cartão de crédito	89,72%	87,82%	88,82%	81,99%
Cheque especial	0,00%	0,00%	0,00%	7,32%
Cheque pré-datado	0,00%	0,00%	0,00%	0,66%
Crédito consignado	16,88%	16,61%	26,38%	5,54%
Crédito pessoal	8,72%	10,73%	14,39%	10,38%
Carnês	34,55%	24,36%	30,32%	38,81%
Financiamento de carro	41,16%	39,52%	51,07%	14,66%
Financiamento de casa	18,72%	15,50%	17,76%	9,05%
Outras dívidas	8,70%	11,07%	10,11%	2,92%
Não sabe	0,00%	0,00%	0,00%	0,13%
Não respondeu	0,00%	0,00%	0,00%	1,07%

Obs.: Respostas múltiplas – soma podem ser maior que 100%

Quanto ao financiamento de carro e de casa possuem resultados distintos entre as cidades. Embora ocorra elevação dos juros, dificultando o mercado para bens de alto valor, nota-se elevação no financiamento de carros nas cidades de Joinville (2,5 p.p.) e Florianópolis (4,6 p.p.). Por outro lado, o financiamento de casas caiu na maioria das cidades pesquisadas, com destaque para a queda de 7,9 p.p. em Chapecó.

No que diz respeito ao tempo de comprometimento com as dívidas, o resultado de julho de 2022 é similar para os municípios pesquisados, exceto para Florianópolis. As respostas preponderantes dos entrevistados são “dívidas por mais de um ano”, concentrando entre 72% e 83% dos entrevistados para as cidades de Blumenau, Chapecó e Joinville. Vale destacar que Florianópolis diverge das demais cidades ao apresentar certa distribuição das dívidas na escala do período da pesquisa, sendo que a maior parte das famílias (32,3%) está concentrada no grupo de até 3 meses. O tempo médio de comprometimento permaneceu estável nos últimos meses, ao situar-se em média de 11 meses para as cidades pesquisadas, salvo Florianópolis, onde o tempo médio de comprometimento é de 6,6 meses.

jul/22				
Tempo de comprometimento com dívida (Dentre os endividados)	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Até 3 meses	0,00%	0,00%	0,42%	32,30%
Entre 3 e 6 meses	3,70%	9,29%	1,26%	20,22%
Entre 6 meses e 1 ano	21,64%	14,06%	13,94%	14,73%
Por mais de um ano	72,29%	76,65%	83,12%	31,86%
Não sabe / Não respondeu	2,37%	0,00%	1,26%	0,89%
Tempo médio em meses	11,1	10,9	11,4	6,6

A desagregação dos dados relacionados à inadimplência, sobretudo, quanto à média de dias de atraso no pagamento das contas, demonstra movimentos semelhantes por cidade e em sintonia com o resultado Estadual. Em julho, todas as cidades pesquisadas apresentaram aumento no tempo médio em dias de atraso, sendo que Blumenau elevou 5,4 dias, atingindo 38,4 dias em atraso, o menor resultado das cidades da pesquisa. A cidade de Florianópolis, segue sendo a cidade com maior tempo médio, ao situar-se em 61,2 dias em atraso.

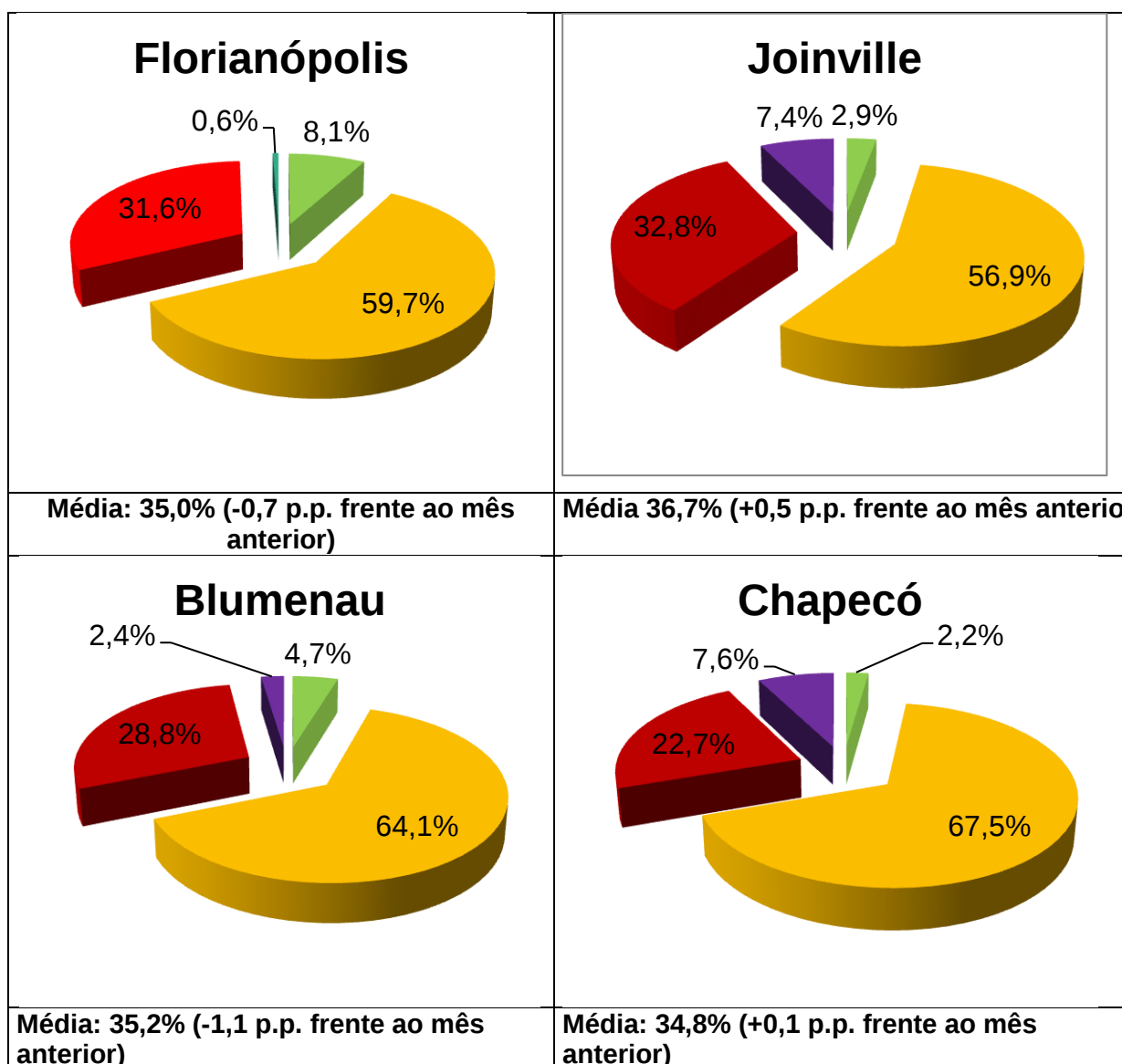
jul/22				
Tempo de pagamento em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso)	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Até 30 dias	47,95%	48,14%	54,74%	22,96%
De 30 a 90 dias	52,05%	30,33%	31,35%	37,40%
Acima de 90 dias	0,00%	21,53%	13,91%	38,35%
Não sabe / Não respondeu	0,00%	0,00%	0,00%	1,29%
Tempo médio em dias	38,4	44,8	39,5	61,2

O comprometimento da parcela de renda variou negativamente em duas cidades pesquisadas, com destaque de maior intensidade de baixa em

Blumenau (+1,1 p.p.). A cidade de Joinville foi a que apresentou maior variação na passagem do mês, alta de 0,5 p.p., assim, passou a ser a cidade com maior comprometimento da renda com dívida, ao atingir 36,7%. Ainda, se observa o predomínio do comprometimento na faixa de 11% a 50% da renda nas quatro cidades, sendo que o comprometimento superior a 50% é maior em Joinville (32,8%).

Parcela da renda comprometida com dívidas

■ Menos de 10% ■ de 11% a 50% ■ Superior a 50% ■ Não sabe/Não respondeu



METODOLOGIA

Foram entrevistados consumidores em potencial, residentes nos municípios de Blumenau, Chapecó, Florianópolis e Joinville com idade superior a 18 anos. Para compor o dado agregado de Santa Catarina os resultados obtidos em cada município foram ponderados de acordo com sua população e dessazonalizados.

Para fixar a precisão do tamanho da amostra, admitiu-se que 95% das estimativas poderiam diferir do valor populacional desconhecido “p” por no máximo 3,5%, isto é, o valor absoluto “d” (erro amostral) assumiria no máximo valor igual a 0,035 sob o nível de confiança de 95%, para uma população constituída de consumidores em potencial.

Preferiu-se adotar o valor antecipado para p igual a 0,50 com o objetivo de maximizar a variância populacional, obtendo-se maior aproximação para o valor da característica na população. Em outras palavras, fixou-se um maior tamanho da amostra para a precisão fixada.

Assim, o número mínimo de consumidores a serem entrevistados foi de 500, ou seja, com uma amostra de no mínimo 500 consumidores, esperou-se que 95% dos intervalos de confiança estimados, com semi-amplitude máxima igual a 0,035, contivessem as verdadeiras frequências.

Os principais indicadores da Peic são:

Percentual de famílias endividadas – percentual de consumidores que declaram ter dívidas na família nas modalidades: cheque pré-datado, cartões de crédito, carnês de lojas, empréstimo pessoal, prestações de carro e seguros;

Percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso – percentual de consumidores com contas ou dívidas em atraso na família acima de 1 dia útil;

Percentual que não terá condições de pagar dívidas – percentual de famílias que não terão condições de pagar as contas ou dívidas no próximo mês e, portanto, permanecerão ou serão potenciais inadimplentes.